



Na Mídia

28/04/2022 | [LexLatin](#)

O que as demissões de funcionários no Quinto Andar, Loft e Facily sinalizam para o mercado?

Startups brasileiras dispensam mais de 400 funcionários em uma semana.

Guilherme Mendes



Não foi uma semana simples para as chamadas “empresas-unicórnio”, startups que acumulam valor de mercado acima de US\$1 bilhão (R\$ 5 bilhões). O Brasil vem crescendo neste setor – ano passado, ao menos onze empresas de diversos setores passaram a integrar este grupo. O crescimento acelerado dessas empresas também não esconde problemas de acomodação.

Nesta semana, cerca de 400 pessoas foram demitidas de três destas empresas: QuintoAndar e Loft, do ramo imobiliário, e da Facility, que atua no ramo de compras coletivas. Apesar do alto número de empregados demitidos, especialistas ouvidos pela LexLatin garantem que tais eventos são isolados e não correspondem à realidade do setor, que tem certa dificuldade em achar locais para colocar tanto dinheiro disponível.

“As empresas grandes sofreram o impacto de terem captado muito dinheiro no mercado super líquido pós-pandemia, e agora precisam acomodar para uma nova realidade visando novas captações”, explica a CEO da ALEVE Legaltech Ventures, Priscila Spadinger. “Startups que gastaram em um mundo que tinha liquidez demais e ainda tem precisam acomodar estes recursos, uma vez que elas precisam mostrar resultados aos investidores.”

Priscila, que atua diretamente no ramo de startups do ramo legal, indica que empresas ávidas por investidores, em todos os níveis de crescimento, não encontram dificuldades em achar investidores-anjo igualmente ávidos a aportar seu capital. “Tenho ao menos três conversas em vídeo por semana com investidores estrangeiros de olho no Brasil”, ela diz. Os motivos seriam três: o primeiro, mais geral, é que o câmbio brasileiro atual favorece investidores que vêm de fora do país cheios de dólares.

O segundo, próprio do setor de Legal Techs, se dá pelo alto número de operadores do Direito no país (o segundo maior número de advogados do mundo) e pela quantidade de dados unificados e públicos, uma raridade mundo afora. Ao menos no ramo legal, as empresas brasileiras não encontram competidores à altura em quase todo o mundo. O terceiro é o alto número de profissionais de tecnologia, um insumo escasso em todo o mundo, aliado a um amplo mercado como o brasileiro.

A onda favorável também é atestada pelo sócio de M&A e coordenador da iniciativa Disrupt do Demarest Advogados, Daniel Caramaschi. O advogado, que atua diretamente no setor de startups, indica que a demanda sobre o tema no escritório não parou de aumentar, mesmo durante a pandemia. “Há uma carência não atendida de tecnologia e soluções no mercado brasileiro”, ele aponta.

Para ele, os movimentos de unicórnios apontam para uma acomodação natural do setor, que não preocupa conjunturalmente. “A partir do momento em que a automação de processos aumenta — e ela aumentou sensivelmente durante a pandemia — novas expertises passam a ser necessárias”, ele pondera. “Portanto, não me assustam esses ajustes.”

Ele acredita que, neste ano, o Brasil deve quebrar pelo segundo ano seguido o recorde de aportes em startups, em valores absolutos. Em 2021, foram US\$9,5 bilhões (R\$46,4 bilhões) aportados em empresas brasileiras, um valor 250% maior que no ano anterior. Estamos em abril, e já há a chance de que o valor do ano passado seja facilmente quebrado.

O país também conta com um sistema legal maduro de regulação sobre o tema — o Marco Legal das Startups, promulgado em junho do ano passado, promoveu mudanças sensíveis na definição de empresas deste tipo, e dos benefícios que elas podem alcançar. Nesta quinta-feira, o Congresso Nacional manteve os últimos vetos feitos pelo governo ao texto.

“Com ele, criamos um conceito objetivo de startups”, reconhece Daniel, para quem uma etapa futura deve tratar da regulação de temas trazidos pelo marco, tal como possíveis sandboxes regulatórios.

“Qualquer tipo de regulamentação é incrível para o mercado e chama a atenção de investidores”, pontuou Priscila, da ALEVE. “É muito simples a análise: se estamos em cenário de incerteza, ninguém investe. Ainda que algumas pessoas entendam a regulação como algo que pode não ser boa, se sabe o tamanho do risco ao não se ter um arcabouço legal por trás”. Para a advogada, tão bom quanto o arcabouço legal sobre o tema é a capacidade de trazer a atenção para o setor. “Aí que miramos numa formiga, e acertamos num elefante.”